

Ainda nos resta o voto como protesto

7 NOV 1989

Maria Helena Mauad

Se o brasileiro pudesse escolher, certamente ficaria extremamente satisfeito com um emprego no setor público. Ou melhor, no Congresso Nacional.

Sem dúvida alguma, não há nada mais gratificante do que dispor de uma média mensal de mais de 21 salários mínimos (NCz\$ 8.081 em valores de outubro).

Mesmo um porteiro, que em São Paulo sobrevive com cerca de NCz\$ 1.200 mensais, recebe quatro vezes, isso no Senado, e essa comparação é ainda mais significativa nas funções especializadas. E mais, há uma discrepância enorme entre os salários pagos pelos três poderes, cabendo ao Legislativo as remunerações mais atraentes.

Para tornar o quadro ainda mais negro, o governo federal prevê, para 1990, 10% a mais do que gastou neste ano, em termos reais,

com o pagamento de pessoal e encargos sociais, resultado da concessão de isenções salariais entre poderes e órgãos públicos.

Neste momento, deputados, senadores e vereadores ignoram por completo a que vieram e afrontam os cidadãos sem a menor vergonha.

Mas nós, eleitores, não podemos perder a vergonha, e muito menos a memória. Não podemos esquecer as promessas de enxugamento da máquina administrativa para conter o déficit público.

Ainda nos resta o voto, nossa única arma, haja vista que não poderemos pleitear, todos, uma vaga no Poder Legislativo. Afinal, é inadmissível que o Orçamento Geral da União corte subsídios e investimentos em áreas prioritárias, como tecnologia, para sustentar a inutilidade.

Maria Helena Mauad é coordenadora do Conselho Feminino do Secovi-SP.